ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA – CMAA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e cinco minutos, em segunda chamada, no Auditório da Secretaria de Comunicação, situado na Rua Jorge Caixe, nº 306-A, 3º andar, Jardim Nomura, Cotia/SP, realizou-se a 117ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária – CMAA, sob a presidência da Dra. Raquel Oliveira Lima Lascane, com a presença da Vice-Presidente, Lenita Medeiros, do Secretário Executivo, Aristides Pinheiro Rodrigues, e dos demais conselheiros e participantes. A Presidente declarou aberta a reunião e destacou a importância da participação dos conselheiros, mesmo diante das condições climáticas adversas. Em seguida, a Ata da 116ª Reunião Ordinária foi submetida à apreciação, recebeu pequena complementação e, após o ajuste, foi aprovada. Nas comunicações institucionais, registrou-se o recebimento de processo referente à substituição de representantes titulares e suplentes da Secretaria de Turismo e a pendência de indicação dos representantes da Secretaria de Cultura. Informou-se também que permanecia em tramitação, na Secretaria de Governo, a alteração da Lei nº 1.771/2013, a ser posteriormente encaminhada ao Legislativo. Quanto à vaga destinada às associações sociais sem fins lucrativos e com interesses ambientais, apenas uma instituição havia se inscrito, mas apresentou inconsistências documentais que impediram sua habilitação. Mencionou-se, assim, a necessidade de novo edital e, caso a vacância persista, futura avaliação da composição do Conselho, sem deliberação sobre redução do número de cadeiras. Também foram comunicadas iniciativas decorrentes de parceria entre a Prefeitura e a Enel, entre elas a possibilidade de instalação de um ponto para troca de lâmpadas, com sugestão de utilização do viveiro municipal. No âmbito da arborização urbana, registrou-se projeto para substituição de árvores com problemas fitossanitários, preferencialmente sob a rede elétrica, tendo sido elaborado laudo referente a 100 exemplares em condição considerada temerária. A substituição em áreas públicas dependeria de aprovação da Secretaria e seria iniciada com esses 100 exemplares. Foi igualmente mencionada a retomada das atividades de educação ambiental no

viveiro. Na sequência, tratou-se do trabalho desenvolvido sobre a Leucaena, espécie exótica invasora, com participação de grupo de voluntários, expressamente sem caráter de Grupo de Trabalho formal ou oficialmente constituído pelo Conselho. Já haviam sido elaboradas Nota Técnica e minuta de lei, permanecendo necessária a continuidade das discussões antes de eventual apresentação à plenária. Foram abordadas a ocorrência da espécie no Município, sua rápida proliferação, os possíveis impactos sobre espécies nativas e a necessidade de aprofundamento quanto aos procedimentos e à compensação ambiental em eventual intervenção, observada a legislação aplicável, sem deliberação sobre a matéria naquela reunião. Informou-se ainda que estava em desenvolvimento aplicativo para celular destinado, futuramente, à participação de munícipes, da Guarda Ambiental e de técnicos da Secretaria na identificação e cadastramento de espécies. A proposta contempla o mapeamento da arborização urbana do Município, e não apenas de espécies exóticas invasoras, com cadastramento das diferentes espécies e possibilidade de georreferenciamento dos exemplares. Na discussão sobre a Guarda Ambiental, apresentou-se o cenário inicial de funcionamento da equipe, composta por quatro integrantes em escala 12x36, permitindo duas equipes e cobertura aos finais de semana. Entre as primeiras ações, foram mencionadas a apreensão de cinco máquinas de grande porte e de aves e a lavratura, nos primeiros vinte dias, de autos de infração que totalizavam aproximadamente R$ 1,5 milhão em multas. Registrou-se ainda ocorrência específica com multa de aproximadamente R$ 13 mil, envolvendo irregularidades relacionadas à fauna e outras infrações. Foi relatada ocorrência de alteração da coloração de um curso d'água, descrita na reunião como vermelha e azul, atendida conjuntamente com equipe de fiscalização de município vizinho. O estabelecimento apontado como responsável foi embargado e autuado, e o suposto proprietário, que se encontrava no local, foi preso em flagrante. Houve também relato de suspeita de trabalho escravo, a ser apurada pelas autoridades competentes. Com a ampliação do efetivo, duas inspetoras que atuavam na área administrativa passaram a auxiliar nas fiscalizações, contribuindo para o processamento das demandas acumuladas em razão do elevado número de denúncias. Ressaltou-se que parte significativa das denúncias verificadas vinha resultando em constatações positivas. No debate, destacou-se a importância de combinar fiscalização com

prevenção e educação, divulgar os resultados das ações e sistematizar dados sobre denúncias, atendimentos, fiscalizações e animais resgatados, inclusive para futura organização em painel de acompanhamento. Também se ressaltou a necessidade de orientar a população sobre a forma adequada de apresentar denúncias, especialmente com localização precisa, imagens e outras informações úteis à identificação dos fatos. Foram mencionadas, ainda, decisões e entendimentos judiciais relacionados à apreensão de máquinas e equipamentos utilizados em infrações ambientais, sem que o Conselho deliberasse sobre interpretação jurídica específica. Quanto à destinação de animais, registrou-se que, nos casos de animais domésticos, a Guarda Ambiental atua de forma auxiliar, cabendo ao setor de Zoonoses as atribuições correspondentes. O setor mantém parceria com unidade terceirizada para recebimento e acolhimento de animais, com limitações de espaço e capacidade. Para animais silvestres, destacou-se a necessidade de articulação prévia com o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, em Barueri, para verificação de possibilidade de recebimento e capacidade disponível. Também foi mencionada a possibilidade de articulação com o Projeto Mucky, em Itu, para eventual destinação de primatas, como macacos, saguis e bugios. Lembrou-se ainda a possibilidade anteriormente aventada de utilização do Parque Chico Anísio, atualmente em renovação e destinado a ser denominado Parque Chico Mendes, para estrutura de atendimento à fauna. A discussão considerou que o volume de animais silvestres e as características ambientais de Cotia, com área aproximada de 365 km² e cerca de 40% do território correspondente à Reserva Florestal do Morro Grande, justificam a busca histórica por alternativas para atendimento e destinação da fauna. Ponderou-se, contudo, que uma estrutura local exigiria custos elevados e que atualmente não há previsão orçamentária ou estrutura municipal para essa finalidade. Foram apresentadas possibilidades de articulação, inclusive regional, sem deliberação ou decisão do Conselho sobre implantação de qualquer estrutura. Na sequência, discutiu-se o aprimoramento dos canais de comunicação com a Guarda Ambiental. Atualmente, as denúncias e solicitações são encaminhadas à Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Agropecuária, cujo expediente termina às 17 horas, enquanto a Guarda atua até as 19 horas e aos finais de semana, criando uma lacuna de atendimento direto. Esclareceu-se que o número 153 pertence à Guarda Civil Municipal e que havia relatos de dificuldades para

contato com a Guarda Ambiental por esse canal. Como possibilidade, cogitou-se a criação de número institucional próprio, com estrutura para receber, registrar e encaminhar demandas, além de ampla divulgação. Considerou-se também a possibilidade de utilizar o Centro de Comunicação – SECOM como ponto de recepção e encaminhamento das demandas, em razão de seu funcionamento contínuo, devendo o fluxo ser avaliado em reunião com o setor. O debate ressaltou a importância de integrar comunicação, transparência e divulgação dos resultados da fiscalização, bem como de aproximar poder público, sociedade civil, empresas, condomínios e demais instituições. Foram citadas ações educativas e preventivas e a experiência de grupos de WhatsApp vinculados ao CONSEG como referência para eventual mecanismo semelhante de comunicação ambiental, sempre com informações suficientes para localização e encaminhamento das ocorrências. Mencionou-se ainda reunião com representantes de condomínios da região da Granja e a necessidade de articulação entre as Secretarias Municipais. Ressaltou-se a importância da continuidade das ações e da preservação da memória institucional, especialmente diante de mudanças administrativas, para evitar a perda de projetos, informações e experiências acumuladas. Na mesma linha, destacou-se a conveniência de compartilhar materiais e experiências já produzidos, permitindo sua atualização e aproveitamento pelas equipes responsáveis. Quanto aos recursos provenientes das multas ambientais, registrou-se que os valores são destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, observados os procedimentos de prestação de contas e as exigências administrativas. Discutiu-se a possibilidade de utilização desses recursos no fortalecimento da fiscalização, inclusive para eventual aquisição de veículo, ressalvadas a finalidade legal dos recursos, as exigências administrativas e licitatórias e a prévia análise jurídica, especialmente em razão da vinculação administrativa da Guarda Ambiental à Secretaria de Segurança Pública e de sua atuação integrada com a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Agropecuária. Não houve deliberação sobre aquisição de veículo ou destinação específica dos recursos. Retomando a comunicação institucional, os participantes sintetizaram três frentes de atuação: educação e formação da população; orientação sobre procedimentos e condutas ambientalmente adequados; e divulgação dos resultados, acompanhada de dados que permitam avaliar as ações. Destacou-se a necessidade de integração entre as áreas ambiental, de comunicação e de segurança,

bem como de divulgação clara das competências e canais de cada órgão, inclusive nos casos envolvendo animais domésticos e arborização. Por fim, reforçou-se a importância da transparência na divulgação das ações de fiscalização, do uso de recursos tecnológicos e registros de imagens para acompanhamento das ocorrências e da atualização de materiais educativos, inclusive vídeos e peças gráficas. Também se destacou a conveniência de ações específicas de prevenção de queimadas e, de forma geral, da organização e sistematização dos dados produzidos pelos órgãos municipais, como base para planejamento, avaliação e continuidade das políticas públicas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada aproximadamente às dez horas e cinquenta e seis minutos. Registra-se que a reunião foi gravada e disponibilizada no canal oficial do CMAA no YouTube. Para constar, eu, Aristides Pinheiro Rodrigues, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária – CMAA, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma regimental.

Dra. Raquel Oliveira Lima Lascane
Presidente do CMAA

Aristides Pinheiro Rodrigues
Secretário Executivo do CMAA